

**O discurso de “gestão de resultados” na 1ª gestão do Partido Novo (2019-2022):  
“nova” retórica conservadora e o fortalecimento do SIMAVE**

*The speech of “results management” in the 1st administration of the Novo Party (2019-2022):  
“new” conservative rhetoric and the strengthening of SIMAVE*

*El discurso de la “gestión de resultados” en la 1.ª administración del Partido Novo (2019-2022):  
“nueva” retórica conservadora y el fortalecimiento del SIMAVE*

Jaqueline Barros Vidigal<sup>1</sup>  
Universidade Federal de Uberlândia

Maria Simone Ferraz Pereira<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Uberlândia

**Resumo:** O presente trabalho explora como o programa de Gestão Integrada da Escola (GIDE) e o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) evidenciam mecanismos da reforma empresarial da educação, tais quais a padronização, a ênfase nos resultados por meio da avaliação e do gerencialismo na educação pública mineira, especialmente na 1ª gestão (2019-2022) do Partido Novo. Para isso, realizou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico e documental. As principais fontes bibliográficas utilizadas incluem aporte teórico de Freitas (2018), Ball (2005), Laval (2004) e Gentili (1998). Foram analisados documentos oficiais divulgados pelo governo acerca do SIMAVE e da GIDE. Nos limites do trabalho, é possível identificar que o governo, sob o discurso de gestão de resultados, tem concretizado políticas educacionais baseadas na parceria pública privada, na lógica gerencialista e fortalecido o SIMAVE para atender às demandas políticas e econômicas da qualidade educacional.

**Palavras-chave:** Gestão de resultados; Avaliação; SIMAVE; GIDE.

**Abstract:** This work explores how the Integrated School Management program (GIDE) and the Minas Gerais Public Education Evaluation and Equity System (SIMAVE) highlight mechanisms of business reform in education, such as standardization, emphasis on results through evaluation and managerialism in public education in Minas Gerais, especially in the 1st administration (2019-2022) of the Novo Party. To this end, a qualitative, bibliographic and documentary research was carried out. The main bibliographic sources used include theoretical contributions from Freitas (2018), Ball (2005), Laval (2004) and Gentili (1998). Official documents released by the government about SIMAVE and GIDE were analyzed. Within the limits of the work, it is possible to identify that the government, under the speech of results management, has implemented educational policies based on public-private partnership, managerial logic and strengthened SIMAVE to meet the political and economic demands of educational quality.

**Keywords:** Results Management; Evaluation; SIMAVE; GIDE.

<sup>1</sup> Mestranda pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais, (MG), Brasil. E-mail: [jaquevidigal@ufu.br](mailto:jaquevidigal@ufu.br); Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8295799251441886>; ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-3986-6318>.

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Unicamp. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais (MG), Brasil. E-mail: [msimonefp@ufu.br](mailto:msimonefp@ufu.br); Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3381781135088677>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7009-7571>.

**Resumen:** Este trabajo explora cómo el programa de Gestión Escolar Integrada (GIDE) y el Sistema de Evaluación y Equidad de la Educación Pública de Minas Gerais (SIMAVE) destacan mecanismos de reforma empresarial en la educación, como la estandarización, el énfasis en los resultados a través de la evaluación y el gerencialismo en la educación pública de Minas Gerais, especialmente en la 1.<sup>a</sup> administración (2019-2022) del Novo Party. Para ello se realizó una investigación cualitativa, bibliográfica y documental. Las principales fuentes bibliográficas utilizadas incluyen contribuciones teóricas de Freitas (2018), Ball (2005), Laval (2004) y Gentili (1998). Se analizaron documentos oficiales difundidos por el gobierno sobre SIMAVE y GIDE. Dentro de los límites del trabajo, es posible identificar que el gobierno, bajo el speech de gestión por resultados, ha implementado políticas educativas basadas en la asociación público-privada, lógicas gerenciales y fortalecido el SIMAVE para atender las demandas políticas y económicas de calidad educativa.

**Palabras clave:** Gestión de resultados; Evaluaciones; SIMAVE; GIDE.

---

**Recebido em:** 04 de março de 2024

**Aceito em:** 03 de junho de 2024

---

## Introdução

À guisa de contextualização, de 2018 a 2024 desenvolvemos o projeto de pesquisa denominado “*A política educacional no Estado de Minas Gerais e a questão da qualidade: avaliação externa e gestão na centralidade da agenda mineira*”<sup>3</sup>. O estudo objetivou acompanhar e analisar, em contextos diversos, a natureza e os *modi operandi* da política educacional implementada na 1.<sup>a</sup> gestão (2029-2022) do Partido Novo, no estado de Minas Gerais, cujo discurso recorrente é de mudar a gestão educacional, melhorar resultados e garantir a qualidade das escolas da rede estadual de ensino.

Na 1.<sup>a</sup> gestão do Partido Novo, no estado, novos programas e ações educacionais foram implementados e outros já existentes foram fortalecidos, exemplificado pelo Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) (**figura 1**). Esse sistema ilustra o que teóricos, Freitas (2018), por exemplo, definem como reforma empresarial na educação.

---

<sup>3</sup> O projeto foi aprovado na Chamada Fapemig 01/2021 – Demanda Universal – Projeto APQ-01517-21.

Figura 1 – Síntese de programas e ações de Minas Gerais com ênfase na reforma empresarial das escolas públicas estaduais

<p><b>Transforma Minas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Objetivo: atração, seleção, desenvolvimento e desempenho de servidores para trabalhar no Governo do Estado;</li> <li>• Ações: prevê o desenvolvimento de metodologia e estruturação de boas práticas de um modelo de gestão de desempenho, além da transferência de conhecimento ao Estado, e envolve a seleção de gestores públicos (Superintendentes das SRE's), por meio da estratégia de parceria público-privada com a Fundação João Pinheiro, e com outros parceiros denominados como "Aliança" (formada por organizações do terceiro setor - Fundação Brava, Fundação Lemann, Instituto Humanize e República.org).</li> </ul>
<p><b>Programa Jovem de Futuro</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Objetivo: ampliar capacidades e competências institucionais, coletivas e individuais no campo da gestão escolar e educacional, para melhorar a qualidade do Ensino Médio Regular e Fundamental nas escolas públicas de Minas Gerais, por meio do acordo de cooperação entre a SEE/MG e o Instituto Unibanco;</li> <li>• Ações: introdução do Sigae; e ações realizadas em áreas estruturais das escolas, como (1) governança; (2) formação; (3) mobilização; (4) assessoria técnica; e (5) avaliação e produção de conhecimento.</li> </ul>
<p><b>Projeto Somar</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Objetivo: entregar a gestão de escolas públicas estaduais à Associação do Ceteb, que apresentaram indicadores abaixo da média e que oferecem exclusivamente o ensino médio.</li> <li>• Ações: foram entregues, por meio de Editais, a gestão de 04 (quatro) escolas - Escola Estadual Francisco Menezes Filho e Escola Estadual Maria Andrade Resende, situadas em Belo Horizonte; e Escola Estadual Cel. Adelino Castelo Branco, da cidade de Sabará; e Escola Estadual Adelino Castelo Branco.</li> </ul>
<p><b>Trilhas do Futuro</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Objetivo: oferta gratuita de cursos técnicos aos estudantes e egressos do ensino médio de escolas públicas e privadas, por meio de instituições públicas ou pela estratégia de parcerias público-privada;</li> <li>• Ações: cursos identificados por levantamento de demanda junto às empresas mineiras, acerca de suas demandas por mão de obra; monitoramento e a avaliação da prestação de serviços pelo governo estadual; expansão do projeto aos educadores, sob o título "Projeto Trilhas do Futuro – Educadores", alinhado aos objetivos e metas traçados pela SEE/MG, e ofertados por instituições de ensino superior, públicas ou privadas.</li> </ul>
<p><b>Novo Currículo Referência Minas Gerais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Objetivo: padronização do "que ensinar, para que e quando ensinar", em uma correlação elaborada entre a BNCC, os Currículos Referência, o PPP e o Plano de Aula do Professor;</li> <li>• Ações: engenharia de avaliação implementada no modelo <i>top-down</i>, com mudanças em todo o sistema educacional mineiro.</li> </ul>
<p><b>SIMAVE</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Objetivo: avalia os estudantes, por meio de avaliações internas elaboradas pela SEE/MG, e avaliações externas;</li> <li>• Ações: sistema de avaliações em larga escala - avaliações internas do Estado, Proeb, e o Proalfa; estabelecimento de padrões de desempenho estudantil; emissão de relatórios de comparação entre os resultados de cada escola.</li> </ul>
<p><b>Prêmio Escola Transformação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Objetivo: reconhecer as escolas públicas estaduais com destaque nos resultados de desempenho e fluxo escolar - instituído nos anos de 2021 e 2022;</li> <li>• Ações: instituição de novo índice de monitoramento educacional, obtido por meio de outros três novos indicadores instituídos - indicador de fluxo escolar, indicador de desempenho e o índice de acesso pelos professores a uma plataforma online, indicada pela SEE.</li> </ul>
<p><b>GIDE</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Objetivo: implementar o desenvolvimento do Sistema Gerencial GIDE, fundamentado no método PDCA, para um diagnóstico mais rápido e assertivo das causas prioritárias que influenciam os resultados escolares; para unificar e direcionar os esforços e recursos da escola em metas e ações para melhoria de resultados e processos.</li> <li>• Ações: ações na escola com base no PDCA, com uma reengenharia cultural de alinhamento para que os sistemas escolares adotem os sistemas empresariais competitivos.</li> </ul>

Fonte: Freitas (2023, p. 127).

A busca pela melhoria da qualidade da educação no estado, atrelada à gestão de resultados, faz parte de uma agenda nacional de reestruturação do papel do Estado em um movimento global pela reforma educacional. De acordo com Freitas (2018, p. 56),

A reforma empresarial da educação tem uma agenda oculta no seu discurso da “qualidade da educação para todos” que está além das formas que vai assumindo: trata-se da destruição do sistema público de educação, por meio de sua conversão em uma organização empresarial inserida no livre mercado.

Nessa perspectiva, a qualidade da escola pública pode ser melhorada se for administrada na mesma lógica de uma empresa. Em Minas Gerais, temos constatado que os programas e as ações governamentais, elencados no **quadro 1**,

[...] atuam como mecanismos da reforma empresarial da educação, por trazerem a avaliação, a responsabilização e a privatização como principais intervenções na educação pública. Ainda, esses mecanismos estruturam o caminho para que a gestão pública e democrática da educação pública, junto com a escola - considerada até então como “bem comum” - deem lugar à gestão empresarial e à escola-empresa, sem encontrar nenhuma ou pouca resistência nas escolas. Isto porque na engenharia de alinhamento da reforma empresarial da educação pública em Minas Gerais, a gestão empresarial é imposta pelos programas e ações educacionais em um sistema que, além de responsabilizar os atores educacionais pelos resultados da escola, reordena os processos educativos, compromete o cotidiano escolar com as avaliações, ressignifica a gestão democrática e dá continuidade ao projeto neoliberal de reforma da educação (FREITAS, 2023, p. 190).

Nesse contexto se situa o presente artigo, recorte da pesquisa, cujo texto analisou o programa de Gestão Integrada da Escola (GIDE), o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) e suas contribuições para evidenciar, na 1ª gestão (2019-2022) do Partido Novo, mecanismos da reforma empresarial da educação, especialmente a ênfase nos resultados por meio da avaliação e do gerencialismo na educação pública mineira.

Para o desenvolvimento do estudo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, pautada no referencial teórico principalmente de Freitas (2018), Ball (2005), Laval (2004), Gentili (1998), dentre outros. Para a análise documental, adotou-se o estudo de documentos técnicos da Secretaria de Educação de Minas Gerais (SEE/MG): leis, portarias, atos e resoluções sobre a GIDE e o SIMAVE.

Neste estudo, a pesquisa qualitativa é considerada um método de exploração de realidades específicas e diferentes, já que está voltada a “[...] um nível de realidade que não pode ser quantificado [...] ou seja, ela trabalha com [...] um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2009, p. 22).

De acordo com os autores elencados, as avaliações educacionais, no contexto neoliberal, têm se materializado em uma forma de disputa econômica e em um contexto de controle, autoafirmação e competitividade, introduzindo-se os mecanismos de *accountability*, com testes padronizados, ranqueamento e responsabilização, que focalizam os resultados produzidos em um viés meritocrático (AFONSO, 2000).

Nessa lógica, programas como o SIMAVE e a GIDE são concebidos estrategicamente para que as escolas elevem os seus índices de desempenho, por meio da melhoria de aprendizagem de seus alunos, aumentando assim a taxa de aprovação e da redução do abandono escolar, a partir da aplicação de um sistema de gestão próprio de avaliação e de controle de processos. Porém, o que se percebe é uma contribuição desses programas para a mercantilização e a competição por meio da inserção, nas escolas, de mecanismos empresariais, que fazem parte da estrutura de uma reforma que o governo entende necessária à educação, aspectos que abordaremos ao longo do artigo.

### **Apontamentos iniciais: avaliação como estratégia para regulação da qualidade da educação**

É importante reafirmar que o neoliberalismo ganhou espaço na economia brasileira e no campo da educação no final da década de 1990, a partir da coalizão dos partidos de centro-direita - PSDB-PFL, que implementaram um projeto educacional baseado nas ideias do livre mercado. Teve início com o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992<sup>4</sup>) e se intensificou no governo de Fernando Henrique Cardoso, mantendo-se presente também nos governos do PT, com Luiz Inácio Lula da Silva (de 2003 a 2006 e 2007 a 2010), Dilma Vana Rousseff (de 2011 a 2014 e 2015 a 2016) e se recrudescendo no governo de Jair Messias Bolsonaro (2020 – 2023).

No discurso neoliberal, a educação se isenta do campo social e político e passa a funcionar mercadologicamente, com bases funcionais semelhantes a de um mercado. Assim, torna-se importante citar alguns objetivos relacionados ao que o discurso neoliberal atribuiu como papel da educação:

1. Atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. Assegurar que o mundo empresarial tem interesse na educação porque deseja uma força de trabalho qualificada, apta para a competição no mercado nacional e internacional. [...]
2. Tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários. O que está em questão é a adequação da escola

---

<sup>4</sup> Afastado da presidência da república entre 2 de outubro e 29 de dezembro de 1992, em virtude da abertura de um processo de *impeachment* no Senado Federal.

à ideologia dominante. [...] 3. Fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática, o que, aliás, é coerente com idéia de fazer a escola funcionar de forma semelhante ao mercado, mas é contraditório porque, enquanto, no discurso, os neoliberais condenam a participação direta do Estado no financiamento da educação, na prática, não hesitam em aproveitar os subsídios estatais para divulgar seus produtos didáticos e paradidáticos no mercado escolar (MARRACH, 1996, p. 46-48).

Dessa lógica neoliberal, de princípios empresariais, temos o fortalecimento da avaliação externa e os mecanismos de controle, com estabelecimento de metas e padrões de rendimento que adentram a escola, colocando o Estado no papel de regulador ou avaliador. Isso levou à precarização e desqualificação do trabalho docente, visto que o professor, além de ser responsabilizado pelos resultados fora dos padrões estabelecidos, também sofre as sanções e aumento da jornada de trabalho decorrentes dessa pressão por resultados quantitativos.

Historicamente, tem-se a década de 1990 por marcar um período de muitas mudanças na política brasileira, imergindo o país no quadro do mercado globalizado e comandado pelo capital financeiro (SAVIANI, 2007). Emerge também uma nova postura governamental com relação à educação e entra em vigor a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96 (LDB), que legitima a implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), colocando como responsabilidade da União a avaliação do rendimento escolar em nível nacional.

A implantação dos processos de avaliação em larga escala na educação (oficializados em 1994 pelo governo de Itamar Franco) e o fortalecimento dos processos do SAEB são exemplos de alguns ingredientes básicos utilizados pelo governo para implementar um sistema de responsabilização (*accountability*), que traduz as ideias neoliberais para a educação. Para Freitas (2018), o Brasil cumpre e cumprirá seu papel na padronização da educação em escala mundial, por meio das bases nacionais comuns curriculares, além de testes em larga escala e de responsabilização.

As ideias neoliberais repercutem na educação por meio da reforma educacional, implementada na maioria dos países latino-americanos ao longo dos anos de 1990, de modo a atender os interesses do capital. Nesse modelo educacional, o ser humano seria moldado pelo sistema educacional e controlado pelas forças do mercado. Conforme Gentili (1998, p. 19), “O modelo do homem neoliberal é o cidadão privatizado, responsável, dinâmico: o consumidor”. Para que isso se concretizasse, era preciso “[...] transferir a educação da esfera política para a esfera do mercado, negando sua condição de direito social e transformando-a em uma possibilidade de consumo individual, variável segundo o mérito e a capacidade dos



consumidores”. Percebe-se, então, que a reforma neoliberal se norteia no sentido de transformar a educação, nivelando-se à esfera da competitividade de empresas privadas.

De acordo com Saviani (2013, p. 430), “A educação passa a ser entendida como um investimento em capital humano individual que habilita as pessoas para a competição pelos empregos disponíveis”, configurando-se em uma verdadeira pedagogia da exclusão”. Ao se oferecer ferramentas para que o indivíduo se prepare e se torne cada vez mais competitivo no mercado de trabalho, imputa-se nele a ideia de que ele deixa de ser excluído.

O gerencialismo da educação gera na escola uma mudança na maneira como se percebe o sentido da prática educativa e, considerada como uma empresa, a escola induz seus profissionais a se perceberem no papel de colaboradores (termo do vocabulário administrativo) e associarem, segundo Ball (2001), seu crescimento profissional com o da instituição. Dessa forma, uma escola que obtenha bons resultados nas avaliações externas significa ser detentora de um quadro docente competente. Assim, “[...] a sobrevivência no mercado educativo torna-se a nova base de propósito comum – pragmatismo e auto interesse, e não mais ética e julgamento profissional, passam a ser as bases para os novos jogos de linguagem organizacional” (BALL, 2001, p. 107).

Os reformadores empresariais da educação defendem propostas de responsabilização verticalizadas, que exigem objetivos e metas bem claros no que diz respeito à aprendizagem a ser obtida. Eles acreditam que devem ser formalizados mecanismos de “verificar” o alcance dos objetivos de aprendizagem, por meio do processo de avaliação. No Brasil, as avaliações externas têm sido amplamente implementadas, em todos os estados, por intermédio de programas de governo que objetivam, pela lógica neoliberal, avaliar o ensino por meio do desempenho dos alunos em testes e provas, premiando e/ou punindo as escolas e seus profissionais. Assim, baseadas na meritocracia, são criadas formas de bonificação e premiação aos professores, sob o argumento de que, para isso, o foco concentra-se na melhoria da qualidade do rendimento dos estudantes.

Percebe-se uma cultura do empreendedorismo na educação que afeta diretamente a caracterização da função social da escola. Não há mais a preocupação com o ensino do conhecimento historicamente produzido, nem na formação do cidadão crítico capaz de ler e compreender o mundo. Além disso, a reforma gerencial trouxe à tona um novo perfil de profissional dominante de técnicas e isento do processo de reflexão sobre a prática. Ele é fruto de “[...] efeitos combinados de performatividade e gerencialismo, que representam perfeita e assustadoramente, a busca modernista por ordem, transparência e classificação” (BALL, 2005, p. 542).

Na concepção de Freitas (2018), o cenário neoliberal cria uma narrativa na qual o indivíduo se vê como parte do mercado e responsável por seu próprio sucesso, devendo competir com os demais para alcançá-lo. Portanto, o livre mercado seria a única possibilidade de exercitar a liberdade individual de ser bem-sucedido, sem interferências do Estado, e com os direitos sociais transformados em “serviços a serem adquiridos” (FREITAS, 2018).

Para Freitas *et al.* (2009), o objetivo de melhorar a qualidade da educação, mediante a avaliação de professores e da escola, torna-se uma ilusão. Os autores discordam da maneira que algumas redes conduzem suas políticas avaliativas, tendo em vista serem políticas de governo sustentadas na lógica da meritocracia, e não de acordo com expressões democráticas e representativas. As avaliações externas centralizam sua função na aferição do desempenho do aluno ou do professor em exames normatizados, padronizados. Apesar de a medição gerar dados, ela não avalia necessariamente; visto que avaliar é pensar sobre o dado, projetando um futuro. Isso implicaria a existência de um processo interno de reflexão nas escolas (FREITAS *et al.*, 2009). Para os autores, assumir a lógica dos exames como determinante da aferição da escola ou do desempenho dos estudantes é, no mínimo, discutível.

Em se tratando da avaliação reguladora da qualidade, é importante refletir sobre a perspectiva como os resultados chegam às unidades escolares e a forma que são apreendidos e analisados pelos gestores e professores. E, ainda, quais as repercussões desses resultados nessas instituições: os efeitos que têm produzido, qual a sua contribuição para promover reflexões sobre a prática docente e de que forma têm estimulado um trabalho realmente de maior qualidade. A avaliação, sob a vertente da política pública, é relevante para a compreensão da realidade que envolve a aprendizagem e não aprendizagem dos alunos. Porém, ela também se apresenta como um desafio para educadores, gestores e pesquisadores, visto que é utilizada enquanto instrumento de regulação, controle, poder e seleção (FREITAS, 1995).

Ainda que as avaliações nos forneçam dados importantes, inclusive índices de repetência que se configuram nas distorções idade-série, aliados aos índices de evasão (que são dados que não devem ser desprezados por gestores e educadores), é preciso compreender a complexidade dos impactos das avaliações externas no interior das escolas. A responsabilização pelo fracasso, a pressão e cobrança para a consecução de metas projetadas (focadas na eficiência e eficácia), configura o que Afonso (2013) chama de “neo-taylorismo”, que seria o uso massivo dos testes padronizados, que se assemelham a um tipo de maquinário da avaliação que se vincula à função exercida em organizações empresariais. Nesse sentido, o objetivo da avaliação é de apenas regular o trabalho docente e definir a sua performatividade.



As avaliações reforçam a ideia de que os resultados quantitativos, obtidos por meio de testes padronizados, de natureza essencialmente cognitiva, contribuem para a melhoria da qualidade nas escolas e propiciam a autoavaliação dos profissionais quanto às suas práticas. Porém, o que se percebe é que esse caráter de responsabilização da escola, pelo resultado abaixo do esperado, pode ser um obstáculo à qualidade. Esteban (2008) diz que a ênfase recai sobre resultados e quantificação, levando ao processo de padronização e uniformização de desempenhos dos sujeitos e da organização curricular, o que indica uma coerência com o paradigma dominante.

Conforme Freitas (2007), as avaliações de redes produziriam melhores resultados se fossem pensadas no nível dos municípios e focalizassem a constituição de parcerias entre escola e governos municipais por meio da “qualidade negociada, via avaliação institucional”. Para o autor, é preciso articular uma relação “bilateral de responsabilização” que envolva compromissos do Estado e da escola.

### **A “gestão de resultados” na 1ª gestão do Partido Novo (2019–2022): retórica conservadora e o fortalecimento do SIMAVE**

Historicamente, a agenda da política educacional da América Latina sofreu várias alterações a partir do final dos anos de 1980, em especial, no início da década de 1990, com o desenvolvimento da lógica neoliberal, quando emergiram fortemente medidas em nome da qualidade da educação. Essas medidas, foram disseminadas por diretrizes oriundas de agências internacionais, como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Consenso de Washington (OLIVEIRA, 2009). Tais diretrizes definiram os principais rumos das políticas educacionais mundiais, que foram marcadas por propostas de gestão eficiente dos recursos e pela busca de resultados mensuráveis.

Para isso, especialmente nos países do chamado Terceiro Mundo, dentre eles o Brasil, foram criados sistemas de avaliação com o intuito de mensurar a qualidade da educação. E é nesse contexto, a partir da década de 1990, que o Estado assume, cada vez mais, um papel regulador e avaliador dos sistemas de ensino.

Perspectivas progressistas concebem a escola como uma instituição social que tem a função central de transformar o indivíduo e seu desenvolvimento social. Contudo, com a apropriação da escola pela lógica neoliberal, que introduz no espaço educativo avaliações, bonificações e programas de ranqueamento de resultados, a educação passou a ser concebida cada vez mais no sentido de mercadoria, o que acentuou as desigualdades sociais.

O projeto neoliberal para a educação pressupõe uma lógica de exclusão, presente nas políticas educacionais da nova direita, que é reforçada pelo discurso de meritocracia:

O discurso educativo do neoliberalismo configura-se a partir de uma reformulação dos enfoques economicistas do "capital humano". Esta reconceitualização supõe manter alguns princípios que sustentavam aquelas perspectivas, mas articulando-os a novos diagnósticos sobre as atuais condições de regulação dos mercados (especialmente do mercado de trabalho) e a novas promessas (SILVA; GENTILI, 1996, p. 193)

No Brasil, a principal meta da reforma neoliberal da educação é tirar as escolas de uma suposta crise de eficiência, eficácia e produtividade, causada pelo processo de expansão ocorrido na segunda metade do século XX (SILVA; GENTILI, 1996). Na política neoliberal, se faz presente a lógica da concorrência de mercado. Os docentes assumem novas preocupações com relação às avaliações externas, que se tornam o meio de mensuração sobre a eficiência e/ou qualidade do ensino e induzem as escolas, docentes e estudantes à concorrência.

Nesse cenário, Minas Gerais, em 2018, elege como governador do estado o administrador e empresário Romeu Zema Neto, do Partido Novo. Membro de uma família proprietária de uma grande rede varejista do estado, Zema apresentou seu plano de governo defendendo um mandato com 'novas' ideias, moderno, arrojado e que atenderia às exigências que os novos tempos impunham ao Estado e ao mercado, sob o entendimento de que Minas Gerais precisava 'renovar' sua administração.

Em linhas gerais, o Partido Novo apresenta uma visão liberal da economia, pautado nos princípios de austeridade fiscal, instituição de parcerias, concessões e privatização de todas as estatais, desburocratização, incentivo à iniciativa privada e à implementação de uma reforma na previdência social, além de defender uma ampla abertura e integração do país à economia mundial. Sustentado por uma proposta explicitamente neoliberal, o governo de Romeu Zema, na sua primeira gestão, foca na relação da empresa privada com o setor público, em forma de ataque ao modo de funcionamento da máquina estatal. Todo o seu modelo de Estado defendido remete à ideia de menos Estado e mais mercado.

Acreditamos que a mudança pode acontecer quando devolvemos o poder de decisão ao indivíduo, de forma que ele mesmo possa fazer suas próprias escolhas. Acreditamos que a garantia da liberdade é a única e verdadeira função do estado, e que, por isso, ele deve ser mínimo, pois o indivíduo deve ser dono de si. Desta maneira, não é o objetivo do NOVO acabar com o estado, mas sim reduzir a maneira com que ele influencia o cotidiano das pessoas. Apenas o próprio indivíduo pode decidir sobre o que é melhor para ele (PARTIDO NOVO, 2018, p. 04).

A partir de sua ascensão, o governo implementou na educação mineira um projeto de redução das ações do Estado, com uma administração pública de caráter empresarial, processo que burocratizou o espaço escolar de forma intensificada. Desde a campanha eleitoral, Romeu Zema e o seu partido já acenavam para a intervenção do mercado na rede estadual de ensino, o que pode ser constatado em sua proposta de governo:

[...] enquanto persistir o modelo regulatório federal, será necessário aperfeiçoar o ensino público com melhores técnicas de gestão e governança nas escolas, avaliações de resultados mais rígidas, maior canal de participação entre pais e alunos, e uso de Parcerias Público Privada onde for apropriado (PARTIDO NOVO 2018, p. 35).

Essa ideia traz a conotação de que tudo aquilo que é público é ineficiente, incapaz, ineficaz e de que o ensino ofertado por escolas públicas é de baixa qualidade, o que induz a um novo conceito de qualidade educacional, pautado no gerencialismo e na intensificação da avaliação em larga escala, presente na política estadual desde 2000, com a criação do SIMAVE. Freitas (2018) alerta que os testes das avaliações em larga escala e a padronização do ensino fazem parte da agenda neoliberal, sendo que estes são utilizados como parâmetro para caracterizar a qualidade do ensino ofertado.

Na esteira de uma lógica mercadológica, no primeiro ano do mandato, em 2019, foi apresentado às escolas de Minas Gerais (MG) o Programa Gestão pela Aprendizagem, que trouxe ações voltadas para a gestão escolar por meio da parceria público-privada. O programa foi divulgado como uma política pública para educação de Minas Gerais do atual governo e apresentava dentre os seus objetivos o aumento dos indicadores das avaliações e a redução das desigualdades em prol da promoção da qualidade:

O Programa Gestão pela Aprendizagem é um conjunto de ações adotadas pelo Governo do Estado, para recolocar Minas Gerais em posição de destaque na qualidade do ensino público e tem como objetivos: o combate à evasão escolar, a redução das desigualdades regionais no ambiente escolar e a elevação dos indicadores de aprendizagem (MINAS GERAIS, 2019, p. 5).

Na educação mineira, para o ensino fundamental, a parceria foi firmada por meio de um acordo de cooperação técnica com a Fundação de Desenvolvimento Gerencial (FDG), que desenvolveu o projeto Gestão Integrada da Educação Avançada (GIDE), conforme Acordo de Cooperação Técnica, publicado no IOF de 20/08/2019. A GIDE é um sistema desenvolvido pelo Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG) e que integra os aspectos estratégicos, políticos e gerenciais inerentes à área educacional, com foco em resultados da atividade fim: o processo ensino-aprendizagem.

A GIDE é apresentada por seus formuladores como um modelo de gestão com base científica que contempla aspectos estratégicos, pedagógicos e gerenciais. No contexto mais amplo da reforma gerencial da educação, a GIDE é um dos modelos gerenciais que atualmente vêm sendo implementados nas redes estaduais e municipais de vários estados: Ceará, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Mato Grosso, sob a justificativa da necessária reforma da administração pública em direção a uma gestão mais eficiente, com o estabelecimento de metas e instrumentos de controle sobre o trabalho escolar, capazes de assumir a tarefa de desenvolvimento da educação.

O objetivo do programa é contribuir para que as escolas atendidas elevem os seus índices de desempenho escolar, como o Ideb e SIMAVE, por meio da melhoria de aprendizagem de seus alunos, aumentando assim a taxa de aprovação e da redução do abandono escolar, por meio da aplicação de um sistema de gestão próprio.

Ao definir o Programa Gestão pela Aprendizagem, no Documento Gestão pela Aprendizagem, o Governo do Estado de Minas Gerais publica que é “[...] um conjunto de ações adotadas pelo Governo do Estado, para recolocar Minas Gerais em posição de destaque na qualidade do ensino público” (MINAS GERAIS, 2020, p.5), sendo os objetivos desse programa o combate à evasão escolar, a redução das desigualdades regionais no ambiente escolar e a elevação dos indicadores de aprendizagem. Por meio da GIDE, o governo pretende, segundo consta nos documentos oficiais, implementar nas escolas ações pedagógicas com foco, objetivo e processos claros para atingir as metas quantitativas que vão indicar o alcance de qualidade de ensino nas escolas, “[...] conhecendo as práticas de excelência que demonstram a qualidade de ensino almejada em todo o estado” (MINAS GERAIS, 2020, p.9).

Em linhas gerais, a GIDE “[...] é um sistema gerencial de solução de problemas e conquista de metas fundamentado no método PDCA (Planejar Executar, Verificar, Atuar)” (Minas Gerais, 2020, p.42), que direciona para o alcance das metas. Essas ações do governo mineiro, desde a vitória nas eleições, demonstram o sistemático e gradativo desmonte da educação pública estadual, especialmente pela defesa direta de terceirização da gestão educacional com as parcerias público-privadas.

Ao estreitar a relação com a iniciativa privada e adotar ferramentas de gestão nos moldes empresariais para a educação pública, opta pela mercantilização, criando-se um mercado educacional gerido pelos princípios da concorrência, da padronização, da mensuração, da exclusão, do controle e da seleção (Freitas, 2016), orquestrado principalmente, por políticas de avaliação externa.

A década de 1990, no Brasil, além de ter sido marcada pela consolidação da avaliação como um dos elementos estruturantes na elaboração, também promoveu a implementação de políticas públicas com vistas à melhoria da qualidade educacional (Silva, 2007). O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), criado em 1990 pelo Ministério da Educação (MEC), representa a primeira iniciativa brasileira de estruturação sistemática da avaliação do ensino fundamental e do ensino médio, com objetivo de conhecer os problemas e deficiências do sistema educacional, de forma que facilitasse a elaboração de políticas governamentais voltadas para a melhoria da qualidade do ensino. Nesse viés, pode-se dizer que o SAEB incentivou a criação de sistemas próprios de avaliação em larga escala por parte de estados e municípios, como o SIMAVE.

Dessa forma, o SIMAVE, criado em 2000, por meio da Resolução nº 104, de 14 de julho de 2000, na gestão do governo de Itamar Franco (1999-2002), do PMDB, tem sido responsável pelo desenvolvimento de programas integrados de avaliação da educação no estado de Minas Gerais e se consolidado por ser um dos elementos centrais da implantação da política de regulação da educação mineira.

A implementação do SIMAVE – Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública – em Minas Gerais seguiu essa lógica e se deu em um movimento de convergência com a política nacional de implementação das avaliações externas, compartilhando da mesma concepção de regulação presente no Saeb, na qual são os resultados comparados a partir das metas estabelecidas pelo governo mineiro, que indicam o quão eficiente e o sistema de ensino e o nível de qualidade que as escolas possuem (PELEGRINI, 2023, p.112).

O SIMAVE é composto por uma avaliação interna, o Programa de Avaliação de Aprendizagem Escolar (PAAE), implementado nas escolas no ano de 2006, e por duas avaliações externas à escola: o Programa de Avaliação da Aprendizagem (PROALFA) e o Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB). “No ano de 2019, o SIMAVE adquiriu o desenho avaliativo que possui hoje, para o teste somativo, no qual o PROALFA avalia os estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental e o PROEB, os alunos dos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio” (Minas Gerais, 2021).

O objetivo do SIMAVE é que as informações obtidas com as provas avaliem a qualidade do ensino. Cada série à qual se aplica o exame possui uma matriz de referência que indica os níveis de conhecimento que os alunos devem cumprir para o desempenho satisfatório em termos de aprendizado daquela etapa. Assim, é possível comparar a evolução das médias por série avaliada. Porém, o que se percebe é uma redução do currículo às competências, que restringem o aspecto amplo da formação do indivíduo,

submetendo-a ao processo produtivo. Nesse sentido, concordamos com Girotto (2017) quando afirma que as políticas educacionais, sob a ótica do neoliberalismo, têm reforçado a concepção da escola na condição controlada e gerenciada a partir de uma lógica de gestão por e para resultados.

No governo de Fernando Damata Pimentel (2015 a 2018), do Partido dos Trabalhadores, o SIMAVE sofreu modificações. Entre elas, destaca-se o acréscimo do termo “equidade” em sua denominação, alterando-o de Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública para, então, Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (grifo nosso).

No escopo dessas premissas, podemos afirmar que os exames de avaliação externa surgem com duas funções primordiais: garantir o controle do Estado sobre a gestão das escolas e estimular a competição entre as redes, sob o pretexto de que essa disputa promoveria uma melhoria na qualidade do ensino ofertado, em que, por meio da socialização dos resultados e do ranqueamento das escolas, se induz uma concorrência e pressão nas instituições, professores e alunos (ARAÚJO, 2013).

E é nesse contexto que a GIDE é implementada no estado com a defesa que seu objetivo é o de instaurar padrões na escola (a partir de práticas bem-sucedidas), com foco em tornar o processo mais eficiente e, dessa forma, facilitar a obtenção de bons resultados em exames externos de avaliação. Nessa lógica, ‘qualidade’ e ‘eficiência’ são variáveis diretamente proporcionais entre si e entendidas por meio da leitura dos resultados das avaliações, do *ranking* das notas das provas e da padronização do processo ensino-aprendizagem.

Com base na lógica de que os dados gerados pelas avaliações, como SIMAVE e por plataformas de gestão, tais quais a GIDE, deveriam subsidiar propostas para melhoria da qualidade de ensino e eficiência dos processos nas instituições escolares, cabe questionar a ênfase na utilização desses resultados pelos agentes educacionais, focando apenas em ações unilaterais padronizadas. Ou seja, enfatiza-se a melhoria nas estratégias operacionais em detrimento de medidas políticas para o avanço qualitativo de processos e da qualidade de ensino, sob a forma de capacitação do professor e valorização do trabalho docente.

A educação, nessa perspectiva, é sinônimo de desenvolvimento econômico e a formação é a indicação de preparação para o mercado de trabalho, o que repercute na função da escola que preza pela transformação social e política. Nesse sentido, a valorização de uma qualidade educacional, detentora de pertinência social, confronta-se com a cultura da performatividade, resultante de práticas gestionárias eficazes e vorazes (BALL, 2005).

No caso das escolas públicas de Minas Gerais, a GIDE orienta seu foco para os resultados, representados pelas metas a serem perseguidas, ou seja, o desempenho dos estudantes nas avaliações externas e a permanência deles na escola.



O controle exercido pelo Estado, através das ferramentas gerenciais implementadas nas escolas, incluindo a GIDE, e as avaliações do SIMAVE, se fortaleceram, consolidando-se também como uma prática comum de controle da atuação e da eficácia dessas instituições. Portanto, constituem um dos reflexos da tentativa do gerencialismo da educação em todo o estado pelo governo, fortalecendo a padronização educacional e a lógica meritocrática cada vez mais impostas às escolas.

O argumento que sustenta a implementação desses modelos de gestão nas escolas baseia-se na capacidade deles de identificar os fatores que impedem a melhoria dos resultados escolares. Isso possibilita um acompanhamento sistemático e o estabelecimento de metas a serem atingidas. Para os idealizadores desses programas, as ferramentas de gestão e também as avaliações externas fazem parte de “[...] um conjunto de ações adotadas pelo governo do Estado, para recolocar Minas Gerais em posição de destaque na qualidade do ensino público” (MINAS GERAIS, 2020, p.5).

Assim, as ferramentas de gestão estabelecem padrões nas escolas públicas para delimitar o caminho que a escola deve seguir, com o objetivo de alcançar as metas propostas pela secretaria de educação. Esse processo foca constantemente nas metas e nas notas que devem ser alcançadas nas avaliações externas, buscando aprimorar os índices anuais de desempenho. Nesse sentido, não há espaço para o processo criativo, que é sobreposto por um intenso foco na padronização da escola, o que remete muito ao caráter tecnicista do gerencialismo escolar, que reveste a escola de princípios como “[...] racionalidade, eficiência e produtividade, dos quais deriva o corolário relativo à obtenção do máximo resultado com o mínimo de dispêndios” (SAVIANI, 2013, p. 438).

Nesse norte, a gestão ou controle de resultados por meio de plataformas de gestão ou de avaliações externas estandardiza um modelo de prática escolar que visa o alcance de resultados, pressupondo uma maior eficiência processual. Ou seja, ao se padronizar condutas e estabelecer modelos no trabalho do professor, dificulta-se a atuação fora desses limites, incluindo novos parâmetros na subjetividade do trabalho docente, que passa então a relacionar padronização com eficiência, o que incute a mentalidade neoliberal no ambiente escolar, dando um caráter empresarial à escola.

Laval (2004) examina a transformação das escolas em empresas pela ideologia neoliberal, ao incorporar características empresariais em um processo que parece inevitável e sem previsão de término, visto que “[...] na nova ordem educativa que se delinea, o sistema educativo está a serviço da competitividade econômica, está estruturado como um mercado, gerido ao modo das empresas” (LAVAl, 2004, p.20).

Importante ressaltar, que as avaliações externas também têm limitações, uma vez que não revelam os motivos pelos quais os alunos não estão aprendendo; elas são pontos de partida para análise e identificação de problemas específicos. Ao pensar na qualidade da educação, é necessário compreender e interpretar os dados apresentados, de forma a compreender que o objetivo maior consiste em traçar estratégias que possam ser aplicadas para que os estudantes melhorem seus aprendizados e, por consequência, os seus resultados.

Os programas do governo para a educação apresentam, em suas cartilhas, justificativas de que a implementação das ferramentas de gestão de resultados nas escolas objetiva melhorar a qualidade e a eficiência dos processos. Porém, o que se percebe é que a utilização de indicadores da performance dos estudantes nos testes para a verificação da qualidade da educação apresenta uma perspectiva gerencial, que faz com que recaia sobre a escola e os alunos a responsabilidade pela situação educacional mineira, eximindo o governo de sua função diante dos problemas enfrentados no cotidiano escolar (SILVA, 2016). Sobre isso, Paro (1998) considera que a educação é um processo que se prolonga por toda a vida da pessoa e que, portanto, não pode ter sua qualidade avaliada em um dado momento a partir de índices de reprovação e aprovação ou por avaliações externas.

## Conclusão

Diante do exposto, conclui-se que os mecanismos de reforma empresarial, tais quais a padronização, a ênfase em resultados por meio de avaliações e o gerencialismo, estão presentes na retórica conservadora do governo de Minas Gerais. Esses elementos se manifestam por meio de programas como a GIDE, proposto na 1ª gestão (2019-2022) do Partido Novo, e pelo fortalecimento do SIMAVE, implementado no estado desde 2000.

A avaliação externa e as ferramentas de gestão empresarial, ao serem introduzidas no ambiente escolar, têm fortalecido os modelos mercadológicos de educação pública, além de desempenharem um papel de reguladores nesse contexto macro político. Também podem ser entendidas como parte importante do projeto de educação neoliberal, que demanda o estabelecimento de uma cultura de auditoria e performatividade (BALL, 2005), cujo objetivo é produzir evidências que apontem para a necessidade de intensificar a lógica do mercado na educação. Desse modo, esses programas e ações, sob o discurso de gestão de resultados, acentuam cada vez mais a narrativa da qualidade na educação pública no estado de Minas Gerais.

É possível afirmar, que tanto a GIDE quanto o SIMAVE assumem características do discurso neoliberal de gestão de resultados e reforçam a lógica empresarial imposta às escolas

mineiras pelo governo de Romeu Zema, desde a sua primeira gestão. Nesse contexto, as avaliações externas, que marcam presença no estado desde a década de 1990, cada vez mais direcionam a gestão educacional, destacando os aspectos que necessitam de maior esforço para melhorar os resultados do processo de ensino-aprendizagem.

De forma geral, essas avaliações refletem características típicas da gestão baseada em resultados, tais quais a definição de metas e indicadores que orientam as políticas públicas e os mecanismos de controle. Esses identificadores são utilizados para responsabilizar os atores envolvidos, que podem ser recompensados ou punidos com base em seu desempenho. Tais métodos também servem como ferramentas para tornar a gestão pública mais transparente e para promover a *accountability*, ou seja, a responsabilização sobre a gestão.

Porém, apesar da disseminação desses instrumentos, a literatura é pouco consensual sobre os seus resultados, sendo que uma parte dela concebe esse processo de forma negativa em si, mostrando que esse modelo não seria capaz de mudar os problemas educacionais mais profundos (FREITAS, 2004).

Todos esses mecanismos, ou seja, as políticas de avaliação viabilizadas por programas como o SIMAVE e a gestão por resultados imposta pela GIDE -, são implementados nas escolas públicas com o intuito de reforçarem o propósito de competição, impondo pressões por resultados e performances que desviam a função social da escola para o cumprimento de métricas. As intenções de cunho neoliberais, disfarçadas pelos instrumentos de avaliação externa - as provas em larga escala, *rankings*, índices e premiações por resultados, planos de ações e metas anuais, têm transformado todo o contexto das práticas pedagógicas nas escolas.

Além disso, “[...] promovem mudanças expressivas na gestão da educação pública, principalmente no que concerne à qualidade e competência ou incompetência docente, alinhada ao discurso e à cultura de gestão do setor privado, no âmbito público” (NOVAES, 2014). Nessa lógica, a ideia de formação crítica e reflexiva torna-se ultrapassada e inadequada.

Ao analisar o discurso de gestão de resultados, imposto pelo governo de Minas Gerais, ancorado na “nova” retórica conservadora, é possível inferir que as bases em que as políticas educacionais, na gestão do Partido Novo, seguem em conformidade com as demandas de mercado. Em linhas gerais, o fortalecimento do programa SIMAVE e a implementação da GIDE, como programa base para a gestão das escolas, são mecanismos que representam políticas que focam no alcance de resultados, em índices estipulados e em metas estabelecidas pelo governo, o que expressa a mentalidade de Estado neoliberal, que ganha cada vez mais projeção nas políticas educacionais do estado. Nesse sentido, concordamos com o que assevera Freitas (2011, p.87) quando afirma que “[...] estamos

em um momento de inflexão na política pública da educação. A balança pende para a privatização, mediante novas formas de gestão e parcerias público-privadas nas quais se incluem contratos de gestão”.

Por tudo isso, é possível afirmar que avaliação e gestão de resultados têm sido os propulsores das reformas educacionais, “[...] em outras palavras, a avaliação está no centro das reformas, no foco das competições que se travam no campo da educação e se referem a disputas mais amplas pela construção de tipos distintos de sociedade” (DIAS SOBRINHO, 2003, p.95). Situa-se aqui, a necessidade de ampliarmos as discussões e nos fortalecermos teoricamente para enfrentarmos o desmonte que a “nova” retórica conservadora tem intensificado na educação mineira.

### Referências bibliográficas

AFONSO, A. J. *Avaliação educacional: regulação e emancipação*. São Paulo: Cortez, 2000.

AFONSO, A. J. Mudanças no Estado avaliador: comparativismo internacional e teoria da modernização revisitada. *Revista Brasileira de Educação*. v. 18 n. 53 abr.-jun. 2013.

ARAÚJO, I. A. de. Avaliação da educação básica: repercussões, tensões e possibilidades no currículo das escolas de periferia urbana. *Espaço do Currículo*, v.6, n.1, p.107-120, 2013.

BALL, S. J. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. *Currículo sem Fronteira*, V.1, n.2, p. 99-116, Jul/dez. 2001.

BALL, S. J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005.

DIAS SOBRINHO, J. *Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior*. São Paulo: Cortez, 2003.

ESTEBAN, M. T. (org.). *Escola, currículo e avaliação*. 3. Ed., São Paulo: Cortez, 2008.

FREITAS, L. C. de. Avaliação: para além da “forma escola”. *Educação: Teoria e Prática*, [S. l.], v. 20, n. 35, p. 89, 1995.

FREITAS, L. C. de. A avaliação e as reformas dos anos de 1990: novas formas de exclusão, velhas formas de subordinação. *Educação & Sociedade*, v. 25, n. 86, p. 133-170, 2004.

FREITAS, L. C. de. *A Corporative reform of education: nova direita, velhas ideias*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREITAS, L. C. de. Os reformadores empresariais da educação: a consolidação do neotecnicismo no Brasil. In: FONTOURA, Helena Amaral (org.). *Políticas públicas, movimentos sociais: desafios à pós-graduação em educação em suas múltiplas dimensões*. Rio de Janeiro: Anped, 2011, p. 72-90.

FREITAS, L. C. de *et al.* *Avaliação educacional: caminhando pela contramão*. Petrópolis: Vozes, 2009.

FREITAS, D. N. T. Avaliação e gestão democrática na regulação da educação básica brasileira: uma relação a avaliar. *Educação e Sociedade*, São Paulo, v.28, n.99, p.501-521, maio/ago. 2007.

FREITAS, V. A. F. *Programas e ações das políticas públicas educacionais em Minas Gerais (2019-2022): mecanismos da reforma empresarial na educação pública mineira*. Tese (Doutorado em Educação) –Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

GENTILI, P. *A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

GIROTTO, E. D. O novo ciclo de reformas educacionais no Brasil: concepções, agentes e processos. Paulo Freire. *Revista de Pedagogia Crítica*. A.15, n.18, p. 177-201, jul./dez. 2017.

LAVAL, C. *A Escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Londrina: Editora Planta, 2004.

MARRACH, S. A. Neoliberalismo e Educação. In: GUIRALDELLI JUNIOR, P. (Org.). *Infância, Educação e Neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, 1996. p. 42-56.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S. (org.). *Pesquisa social: teoria, método, criatividade*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. Cap. 1, p. 9-31.

MINAS GERAIS. *Programa gestão pela aprendizagem*. 2019. Disponível em: <https://srepousoalegre.educacao.mg.gov.br/index.php/licitacoes/9-noticias/133-gestaopela-aprendizagem>. Acesso em: 23 jun. 2024.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Diretoria de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Memorando-Circular nº 5/2020/SEE/DIEF. Belo Horizonte: SEE/MG, 2020. Disponível em: [https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Memorando-Circular%20n%C2%BA%205-2020-SEE-DIEF,%2006%20de%20agosto%20de%202020%20-%20Projeto%20Gest%C3%A3o%20Integrada%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20\(GID E\).pdf](https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Memorando-Circular%20n%C2%BA%205-2020-SEE-DIEF,%2006%20de%20agosto%20de%202020%20-%20Projeto%20Gest%C3%A3o%20Integrada%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20(GID E).pdf). Acesso em: 29 jun. 2024.

MINAS GERAIS. *Secretaria de Estado de Educação; Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública*. Revista da Rede. Juiz de Fora, v. 2, 2021. Disponível em: <https://simave.educacao.mg.gov.br/#!/colecoes.pelegr>. Acesso em: 29 jun. 2024.

NOVAES, L. C. Os impactos da avaliação externa sobre o trabalho de professores na rede estadual paulista. *Roteiro, Joaçaba*, v. 39, n. 2, p. 283-310, jul./dez. 2014.

OLIVEIRA, D. A. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. *Revista Brasileira de Política e Administração da educação*, v. 25, n. 2, 2009.

PARO, V. A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública. In: SILVA, Luiz (Org.). *A escola cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998.

PARTIDO, NOVO. Liberdade ainda que tardia. Plano de Governo de Romeu Zema, 2018.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2013.

PELEGRINI, M. D. *et al. Reflexos do SIMAVE em uma sala de 5º ano: Qualidade educacional ou naturalização da exclusão?*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

SILVA, M. J. de A. O Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública: impactos na escola fundamental de Uberlândia. *REICE - Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*, v. 5, n. 2, p. 241-253, 2007. Disponível em: <https://revistas.uam.es/reice/article/view/10134>. Acesso em: 10 agosto. 2024.

SILVA, T. T.; GENTILI, P. *Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília: CNTE, 1996.

SILVA, P. A. *As influências do sistema mineiro de avaliação na construção da qualidade da educação*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia. Faculdade de Educação. Uberlândia. 2016.